

ANTITRUSTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

A questão ambiental

Aline Crivelari

Prefácio:

Ana Frazão

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Pintura da Capa *Aline Crivelari*

Copyright © 2018 by Aline Crivelari

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1158778

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C936a

Crivelari, Aline.

Antitruste e desenvolvimento sustentável : a questão ambiental / Aline Crivelari. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 231-249.

ISBN 978-85-519-1063-4

1. Direito Ambiental. 2. Direito Antitruste - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Ordem Econômica. 5. Recursos Ambientais. I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Antitruste Como Instrumento de Consecução do Desenvolvimento Sustentável	21
1.1 – A relação entre os direitos concorrencial e ambiental no contexto jurídico-normativo brasileiro	21
1.1.1 – Contextualização das discussões sobre os fundamentos do antitruste: trilha estreita entre os direitos concorrencial e ambiental.....	22
1.1.2 – Ordem econômica constitucional e paradigma do desenvolvimento sustentável: encruzilhada da relação entre os di- reitos concorrencial e ambiental	46
1.1.3 – Antitruste desconstitucionalizado: desvio do direito ambiental, a Lei nº 12.529/11 e o Guia para análise de atos de concentração horizontal do Cade	59
1.2 – Confluência entre os direitos concorrencial e ambiental no plano teórico: caminho para uma perspectiva sustentável de interpretação do antitruste.....	68
1.2.1 – Admissão da relação entre o exercício abusivo de poder econômico e a exploração e dominação de recursos ambientais	71
1.2.2 – Reinterpretação ou ressignificação dos conceitos de concorrência, eficiência e bem-estar do consumidor a partir do direcionamento constitucional	82
1.2.3 – Reconhecimento da coletividade como titular dos bens protegidos pelo antitruste e emancipação do consumidor a cidadão.....	104

Capítulo 2: A Abordagem da Questão Ambiental na Análise Antitruste ...	109
2.1 – A relação entre os direitos concorrencial e ambiental no contexto prático: a abordagem da questão ambiental nos procedimentos administrativos no Cade.....	110
2.1.1 – Achados ambientais: uma pedra no caminho do antitruste.....	111
2.1.2 – Reflexões finais e síntese da análise e da interpretação dos dados	124
2.2 – O resultado do questionário submetido a integrantes e ex-integrantes do Cade: sinalizações a partir de um ponto de vista privilegiado do debate.....	127
2.2.1 – Questão 1: violação de normas ambientais e infração à ordem econômica	130
2.2.2 – Questão 2: violação de normas ambientais e eficiência econômica	134
2.2.3 – Questão 3: marketing ambiental enganoso e infração à ordem econômica.....	136
2.2.4 – Questão 4: eficiências ambientais e atos de concentração econômica.....	138
2.2.5 – Questão 5: violação de normas ambientais e exercício abusivo de poder econômico.....	140
2.2.6 – Questão 6: fundamentos, objetivos, princípios e valores do antitruste.....	143
2.2.7 – Questão 7: obstáculos ou dificultadores da abordagem da questão ambiental na análise antitruste	146
2.2.8 – Correlações entre respostas às questões de 1 a 7.....	149
2.2.9 – Reflexões finais, síntese da análise e da interpretação dos dados....	154

Capítulo 3: Convergência entre os Direitos Concorrencial e Ambiental no Plano Prático: Hipóteses Possíveis de Abordagem da Questão Ambiental na Análise Antitruste.....	169
3.1. – Eficiências e outros benefícios ambientais: travessia para o desenvolvimento sustentável.....	174
3.2 – Violações a normas ambientais, marketing ambiental enganoso, carteis ambientais, obsolescência programada e outras práticas que conectem prejudicialmente o fator ambiental ao poder econômico e à concorrência: readequação da trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável.....	193
3.3 – A questão ambiental em acordos em controle de concentrações e termos de compromisso de cessação de prática: possível atalho para o desenvolvimento sustentável	213
Conclusões.....	217
Referências Bibliográficas	231